

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Senador Pompeu, nº 1.520, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria "A", junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de outubro de 2011.

A Companhia realiza suas vendas por meio de 1.082 lojas (952 em 2016), distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por quatro centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração considerou as orientações ocasionada da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014 a preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas estão sendo divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas estimadas nos estoques, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para processos judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota Explicativa nº 4.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados a valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2018.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Transações em moeda estrangeira--Continuação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e operações com derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, salários e encargos sociais e impostos a recolher.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado.

d) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A perda para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

f) Programa de fidelidade

A Companhia possui o programa “Sempre Mais” e encerrou a parceria com o programa Dotz em 2016. O sistema anterior permitia aos clientes acumular créditos os quais poderiam ser utilizados pelos participantes em futuras compras de produtos. O novo sistema concede desconto na compra de produtos no caixa, no momento do pagamento.

g) Acordos comerciais

Os acordos comerciais negociados juntos a fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registrados ao resultado à medida em que as correspondentes contraprestações por parte da Companhia são realizadas, como veiculação da propaganda, realização da venda bonificada, exposição diferenciada dos produtos, abertura de novas lojas, acontecimento de campanhas tais como “Corrida Pague Menos”, etc.

Compreendem acordos por logística, negociações para recomposição de margem, reembolso de despesas, abertura de novas lojas, negociação de ponta de gôndula, entre outros, e são registradas como contas a receber junto aos respectivos fornecedores.

Na demonstração do resultado, estes acordos são registrados como redutor do custo dos produtos vendidos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

i) Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Imobilizado	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	18,2%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Ativos intangíveis--Continuação

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

k) Arrendamentos

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamentos--Continuação

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n) Benefícios a empregados

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

p) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Reconhecimento de receita--Continuação

Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente três dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

q) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Imposto sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

s) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas" pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", pela fruição de prazo dos recebíveis.

t) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

u) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Pronunciamento	Objetivo
Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação	As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações para o período atual e para fins de comparação na Nota Explicativa nº 15.
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados	As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. No entanto, essa aplicação não tem efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

v) Pronunciamentos emitidos mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)	<p>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelos efeitos do aumento na provisão para perdas com recebíveis.</p> <p>A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Administração da Companhia avaliou todos os requisitos da nova norma, considerando as suas transações atuais, e não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.</p> <p>A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.</p>
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018)	<p>A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.</p> <p>Na venda de bens no varejo, seja no formato de lojas físicas, ou nos serviços prestados nas nossas lojas, não houve impacto significativo da adoção do IFRS 15. A Companhia considerou em sua análise o momento crítico da transferência de controle, direitos de devolução, etc. Outras transações da Companhia como os acordos comerciais, são impactados pelo IFRS 15, visto que o entendimento com base na análise da percepção do serviço pelos fornecedores é de que tais prestações são efetuadas por conta do relacionamento global, não gerando uma obrigação de performance. Tais ingressos já são classificados como redutor do custo de mercadorias vendidas, não havendo portanto impacto na Companhia.</p> <p>As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. A Companhia avaliou os impactos relacionados às transações efetuadas no curso dos seus relacionamentos com clientes, e entende que não haverá adições significativas às divulgações correntemente efetuadas.</p> <p>A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.</p>

3. Principais políticas contábeis--Continuação

v) Pronunciamentos emitidos mas ainda não vigentes--Continuação

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	<p>A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p> <p>Devido à relevância deste assunto e considerando os impactos para sua operação, a Companhia já iniciou os estudos para implantação da nova norma, incluindo o mapeamento dos processos e implantação de controles internos.</p>
IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (vigência a partir de 01/01/2018)	<p>O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.</p> <p>Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.</p> <p>Considerando a natureza de suas operações atuais, a Companhia entende que já se encontra adequada às mudanças trazidas pelo IFRS 2.</p>

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	49.737	50.875
Aplicações financeiras de curto prazo	32.282	93.277
CDB	3.833	18.690
Debêntures compromissadas	23.892	70.449
Outros	4.557	4.138
Total	82.019	144.152

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com percentuais que variam de 92,0% a 102,3% (92,0% a 102,3% em 31 de dezembro de 2016) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, sendo ativos financeiros de liquidez imediata. Estas operações possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Para as debêntures compromissadas, as instituições financeiras que efetuaram a venda desses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado em caixa o montante de R\$8.916 referente a recursos recebidos na atividade de correspondente bancário. A Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores em sua rede de farmácias e repassa ao titular do direito a cada três dias, em média. A obrigação de repasse está registrada no passivo circulante na conta de Arrecadação de recursos de terceiros.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Cartões de crédito a receber	349.997	386.192
Convênios a receber (a)	21.734	28.006
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	36.468	17.795
Comissões a receber	1.512	1.330
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.278)	(6.165)
Total	399.433	427.158

- (a) Referem-se aos saldos a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários bem como possibilitar o desconto em folha de pagamento das compras efetuadas.
- (b) O Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM registra os saldos a receber com as vendas dos medicamentos vinculados a benefícios concedidos pelos laboratórios mediante reembolso.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos estão ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 44 e 60 dias e taxa média de captação de recursos.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente:

	31/12/2017
A vencer	365.644
Vencidos	
1 a 30 dias	20.631
31 a 60 dias	9.057
61 a 90 dias	3.130
Acima de 90 dias	14.288
	412.750

A Companhia constituiu uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$10.278, que reflete a melhor estimativa da Companhia sobre perdas esperadas no recebimento de clientes.

	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(6.165)
Adições	(5.838)
Baixas	1.725
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(10.278)

Parte dos saldos a receber de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia, os detalhes encontram-se divulgados nas Notas Explicativas nºs 15 e 16.

7. Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias de revenda (a)	1.436.976	1.337.638
Materiais para uso e consumo	4.158	4.848
Provisão para perdas nos estoques	(61.249)	(48.432)
	1.379.885	1.294.054

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos de estoques sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 47 e 95 dias e taxa média de captação de recursos.

A Companhia reconheceu uma provisão para perdas com estoques vencidos e avariados e para os estoques de baixo giro. A movimentação da provisão para realização dos estoques com mercadorias para revenda está demonstrada a seguir:

	31/12/2017
Saldo inicial	48.432
Adições	21.015
Baixas	(8.198)
Saldo final	61.249

Em 31 de dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$4.097.183 (R\$3.866.626 em 2016), incluindo as provisões para realização de estoques reconhecidas como perdas com estoques vencidos e avariados e estoques de baixo giro, bem como as perdas de inventários, no montante de R\$57.019 (R\$80.463 em 2016).

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo das mercadorias vendidas”.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia estoques dados em garantias.

8. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (a)	6.146	9.422
IRPJ e CSLL (b)	16.006	21.950
PIS e COFINS (c)	34.311	35.401
IRRF (d)	520	3.039
INSS (e)	20.313	18.574
Outros	848	344
Total	78.144	88.730
Circulante	52.073	64.586
Não circulante	26.071	24.144

- (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): é resultante do regime de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações de impostos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): são créditos de imposto de renda retido dos rendimentos das aplicações financeiras e dos valores recebidos pelas liquidações das parcelas dos *swaps*.
- (e) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): são créditos de INSS referente a pagamentos a maior efetuados em períodos anteriores.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Abertura dos créditos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal (b)	60.163	62.769
Diferenças temporárias	37.273	12.300
Total	97.436	75.069
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	282.587	240.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(185.151)	(165.827)
Efeito líquido	97.436	75.069

a) Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo)/lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	65.018	(7.438)
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	(22.106)	2.529
Adições: [E]	24.442	53.266
Efeito caixa pela liquidação dos swaps (Lei nº 11.951/04)	21.738	47.316
Custo das opções outorgadas	-	4.190
Equivalência patrimonial	2.349	-
Outras adições permanentes	355	1.760
Exclusões: [F]	138.141	190.407
Efeito caixa pela liquidação dos swaps (Lei nº 11.951/04)	27.173	37.060
Subvenção para investimento	84.853	87.640
Custo com emissões de ações primárias	-	11.391
Equivalência patrimonial	-	1.923
Juros sobre capital próprio	-	51.430
Outras exclusões permanentes	26.115	963
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões [C] + ([E] - [F])*34% = [G]	16.552	49.157
Alíquota efetiva [G]/[A]	(25,46%)	(660,89%)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)

A movimentação dos saldos existentes entre 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode assim ser demonstrada:

	<u>IRPJ e CSLL</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	<u>79.547</u>
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(16.778)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>62.769</u>
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(2.606)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>60.163</u>

c) Composição dos tributos diferidos

	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>
Custo atribuído	(19)	19	-	-	-
Capitalização dos juros	(3.675)	(2.026)	(5.701)	(1.479)	(7.180)
Ajuste a valor de mercado dos <i>swaps</i>	(82.799)	66.979	(15.820)	13.601	(2.219)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para derivativos	(2.296)	3.527	1.231	(2.632)	(1.401)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	79.547	(16.778)	62.769	(2.606)	60.163
Arredamento mercantil financeiro	-	440	440	40	480
Provisão para encerramento de lojas	-	864	864	(32)	832
Provisão para realização dos estoques	-	16.467	16.467	4.358	20.825
<i>Impairment</i> do ágio	-	-	-	6.543	6.543
Gratificações e Fundos de campanha	-	-	-	1.672	1.672
Outras provisões	(2.245)	17.064	14.819	2.901	17.721
Total	<u>(11.487)</u>	<u>86.556</u>	<u>75.069</u>	<u>22.366</u>	<u>97.436</u>

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

d) Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal e base negativa a compensar, conforme segue:

Anos	31/12/2017
2018	6.704
2019	14.280
2020	17.549
Após 2020	21.630
Total	60.163

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias está condicionada a eventos futuros que tornarão as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os respectivos resultados, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

10. Partes relacionadas--Continuação

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<i>Outras contas a receber</i>							
Dupar Participações S.A. (b)	Outros créditos	8.249	-	385	-	-	-
<i>Fornecedores</i>							
Biomatika Ind. e Com. de Produtos Naturais S.A. (f)	Fornecimento de mercadorias	-	1.754	8.656	-	624	9.644
ePharma PBM do Brasil S.A. (e)	Gerenciamento de programas de benefícios	4.540	-	2.560	5.805	173	2.489
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (g)	Transporte rodoviário de mercadorias	1.926	7.958	78.902	9	7.257	77.952
<i>Arrecadação de recursos de terceiros</i>							
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (d)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	72	10.185	-	245	8.912
<i>Aluguel</i>							
Renda Participações S.A. (a)	Arrendamento de imóveis	3	668	7.196	-	391	5.685
Dupar Participações S.A. (b)	Arrendamento de imóveis	2.304	1.138	69.057	-	13.542	70.285
Prospar Participações S.A. (C)	Arrendamento de imóveis	-	83	887	-	-	-
<i>Dividendos e juros sobre capital próprio</i>							
Acionistas	JSCP	-	-	-	-	-	51.430
Total		17.022	11.673	177.443	5.814	22.232	226.397

- (a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa nº 17. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$7.196 (R\$5.685 em 2016).
- (b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa nº 16. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$ 69.057 (R\$ 70.285 em 2016). O saldo a receber de R\$ 8.249 com esta parte relacionada refere-se a venda da aeronave da Companhia.
- (c) Prospar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Prospar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa nº 16. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$ 857.
- (d) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$10.185 (R\$8.912 em 2016).
- (e) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2016 foi de R\$2.560 (R\$2489 em 2016).
- (f) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$8.656 (R\$9.644 em 2016).
- (g) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. O valor transacionado com esta parte relacionada em 2017 foi de R\$78.902 (R\$77.952 em 2016).

10. Partes relacionadas--Continuação

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05(R1) (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Gráfica Boa Letra Ltda.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Pax Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Sevla Participações S.A.;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.; e
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.
- Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma
- Pax Corretora de Valores e Câmbio S.A.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$4.959 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$5.469 em 2016). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 31/12/2017	Saldo garantido em 31/12/2016
Aval	598.879	557.075
Francisco Deusmar de Queirós	284.735	145.310
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves	34.551	209.603
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	32.901	36.632
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuges	246.692	105.590
Dupar Participações S.A. e Francisco Deusmar de Queirós	-	59.940
Fiança	102.574	46.214
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuges	57.913	46.214
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves	44.661	-
Imóvel	10.900	10.900
Dupar Participações S.A. e Francisco Deusmar de Queirós	10.900	10.900

11. Investimentos

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Para compra da participação societária da e-Pharma PBM do Brasil S.A. por meio da aquisição de 26,21% de suas ações, a Companhia pagou à vista, em moeda nacional, um valor total de R\$90.000 ao acionista detentor dessas ações, o qual faz parte do quadro acionário da Companhia. A compra de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondem a R\$8.162 do patrimônio líquido desta, conseqüentemente, foi pago ágio, considerando a diferença calculada entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo e a movimentação do investimento da Companhia está demonstrado a seguir:

	Participação no capital		Saldo em 31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Impairment	Saldo em 31/12/2017
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	26,21%	Investimento	10.085	(2.349)	-	7.736
	-	Agio	81.838	-	(19.243)	62.595
			<u>91.923</u>	<u>(2.349)</u>	<u>(19.243)</u>	<u>70.331</u>

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2017 a recuperação do valor contábil do ágio originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A. adquirida por meio de combinação de negócio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 15,6% antes dos impostos e 11,3% após os impostos.

O teste de recuperação resultou na necessidade de reconhecimento de uma provisão para redução no valor recuperável do ágio no montante de R\$19.243 .

11. Investimentos--Continuação

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em média para os próximos 5 anos de 24,3% com perpetuidade de 4%.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado..

Taxas de descontos

As taxas de desconto, mencionadas acima, reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pela respectiva unidade geradora de caixa.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho da unidade geradora de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

12. Imobilizado

	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldos em 1º de janeiro de 2016	28.008	373.392	31.568	58.783	38.645	3.879	13.548	44.013	11.709	603.523
Adições	27.320	94.548	13.772	16.712	9.352	72	303	32.725	4.336	199.140
Capitalização de juros (CPC 20)	-	6.949	-	-	-	-	-	-	-	6.949
Transferências	(22.405)	16.774	461	873	750	-	-	-	-	(3.547)
Alienções e Baixas	-	(8.347)	-	-	-	(883)	-	-	-	(7.240)
Provisão para encerramento de lojas	-	(11.587)	-	-	-	-	-	-	-	(11.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	32.921	473.729	45.801	76.348	48.747	3.058	13.851	76.738	16.045	787.238
Adições	55.604	101.930	16.255	7.155	11.917	-	-	44.401	-	237.262
Capitalização de juros (CPC 20)	-	6.039	-	-	-	-	-	-	-	6.039
Transferências	(34.249)	30.678	680	1.168	1.342	-	-	18	-	(363)
Alienções e Baixas	-	(11.424)	-	(11)	(1)	(47)	(13.851)	-	(15.280)	(40.624)
Provisão para encerramento de lojas	-	516	-	-	-	-	-	-	-	516
Saldos em 31 de dezembro de 2017	54.276	601.468	62.736	84.660	62.005	3.011	-	121.157	755	990.068
Taxas de depreciação	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	(172.625)	(12.144)	(20.718)	(10.674)	(3.435)	(4.221)	(26.255)	-	(250.072)
Depreciação no exercício	-	(28.750)	(3.382)	(6.340)	(3.882)	(233)	(820)	(7.467)	-	(50.694)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(57)	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Capitalização de juros (CPC 20)	-	(970)	-	(19)	(2)	-	-	-	-	(991)
Transferências	-	54	-	(2)	(1)	-	-	-	-	51
Alienções e Baixas	-	3.463	-	-	-	872	-	-	-	4.335
Provisão para encerramento de lojas	-	9.045	-	-	-	-	-	-	-	9.045
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(189.840)	(15.536)	(27.079)	(14.559)	(2.796)	(5.141)	(33.722)	-	(288.673)
Depreciação no exercício	-	(42.774)	(4.879)	(7.792)	(5.008)	(125)	(847)	(13.817)	-	(75.240)
Depreciação de capitalização de juros (CPC 20)	-	(1.574)	-	(115)	(3)	-	-	-	-	(1.692)
Transferências	-	-	1	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Alienções e Baixas	-	5.457	-	11	1	47	5.088	-	-	11.504
Provisão para encerramento de lojas	-	(420)	-	-	-	-	-	-	-	(420)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(229.151)	(20.414)	(34.975)	(19.568)	(2.874)	-	(47.540)	-	(354.522)
Valor contábil										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	32.921	283.889	30.265	49.269	34.188	262	8.710	43.016	16.045	498.565
Saldos em 31 de dezembro de 2017	54.276	372.317	42.322	49.685	42.437	137	-	73.617	755	635.546

12. Imobilizado--Continuação

O valor registrado como transferência no custo de R\$ 363 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.457 em 2016) e na depreciação de R\$1 em 31 de dezembro de 2017 (R\$51 em 2016), referem-se a fundo de comércio os quais foram identificados posteriormente e reclassificados para o intangível.

Custo atribuído

A Companhia registrava a depreciação sobre o valor contabilizado como custo atribuído, conforme quadro anteriormente apresentado. Até 30 de junho de 2016 o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$57. O valor do custo atribuído foi totalmente depreciado no período findo em 30 de junho de 2016.

Capitalização de juros

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$6.039 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.949 em 2016). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 10,98% a 14,98% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção das benfeitorias em imóveis de terceiros.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma provisão para encerramento de lojas no montante de R\$96, baseado no resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos.

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 67.372 (R\$ 26.611 em 31 de dezembro de 2016). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 40.761 (R\$ 26.611 em 31 de dezembro de 2016) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro. Não há efeito sobre os fluxos de caixa das atividades de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

13. Intangível

	Vida útil indefinida		Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.289	11.023	12.931	63	28.306
Adições	-	2.776	12.185	-	14.961
Baixas	-	(1.295)	-	-	(1.295)
Transferências	-	2.014	1.533	-	3.547
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.289	14.518	26.649	63	45.519
Adições	-	3.432	5.059	-	8.491
Baixas	-	(1.550)	-	(2)	(1.552)
Transferências	-	381	(18)	-	363
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.289	16.781	31.690	61	52.821
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(5.433)	(7.634)	(20)	(13.087)
Amortização	-	(1.613)	(3.097)	(7)	(4.717)
Baixas	-	898	-	-	898
Transferências	-	(51)	-	-	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(6.199)	(10.731)	(27)	(16.957)
Amortização	-	(1.864)	(4.617)	(6)	(6.487)
Baixas	-	264	-	-	264
Transferências	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(7.799)	(15.347)	(33)	(23.179)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	4.289	8.319	15.918	36	28.562
Em 31 de dezembro de 2017	4.289	8.982	16.343	28	29.642

(*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas.

O valor registrado com transferência refere-se a fundo de comércio anteriormente lançado no grupo de ativo imobilizado. Portanto, foi transferido o valor de custo e sua respectiva depreciação.

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na demonstração dos fluxos de caixa. A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de "Despesas administrativas e gerais".

13. Intangível--Continuação

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

A Companhia aplica teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível, ao final de cada exercício social, na conta de “Marcas e patentes”, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado. Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2017 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

14. Fornecedores

a) Composição da conta

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	999.625	1.019.962
Ajuste a valor presente (a)	(21.935)	(23.050)
Total	977.690	996.912

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 47 e 95 dias e taxa média de captação de recursos.

b) Por vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	344.903	363.492
Entre 31 a 60 dias	289.272	260.375
Entre 61 a 90 dias	113.289	192.282
Mais de 91 dias	225.378	192.429
Subtotal	972.842	1.008.578
Títulos em consignação	26.783	11.384
Total	999.625	1.019.962

c) Concentração da carteira (sem AVP)

	31/12/2017		31/12/2016	
Fornecedores				
Maior fornecedor	84.839	9%	81.656	8%
do 2º ao 25º	510.770	51%	602.690	59%
do 26º ao 50º	171.100	17%	127.209	13%
Demais fornecedores	232.916	23%	208.407	20%
Total	999.625	100%	1.019.962	100%

15. Financiamentos e empréstimos

a) Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	-	8
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	-	27
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	32.901	36.632
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,03%a.a.	202.109	-
Banco do Brasil	Capital de giro - <i>swap</i> xUS\$	CDI	1,63% a.a.	44.750	110.324
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	8,5% a.a.	-	6.009
Banco do Nordeste do Brasil (i)	FNE	-	3,5% a.a.	63.774	48.553
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	5.960	10.854
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	563	1.378
Citi	Capital de giro - <i>swap</i> xUS\$	CDI	1,68%a.a.	72.416	-
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i> xUS\$	CDI	1,24% a 3,20% a.a.	156.628	145.310
Saфра	Capital de giro - <i>swap</i> xUS\$	CDI	1,20% a.a. a 1,85% a.a.	38.159	92.955
Santander	Capital de giro - <i>swap</i> xUS\$	CDI	1,75% a.a.	55.127	59.948
Total de financiamentos e empréstimos (líquidos das operações com derivativos)				672.387	511.998
Financiamentos e empréstimos - circulante (líquidos das operações com derivativos)				179.793	328.761
Operações com derivativos ativo – circulante				5.150	18.240
Total dos financiamentos e empréstimos – circulante				184.943	347.001
Financiamentos e empréstimos - não circulante (líquidos das operações com derivativos)				492.594	183.237
Operações com derivativos ativo - não circulante				1.377	2.220
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				493.971	185.457

(i) Com o objetivo de financiar a construção de novas lojas, a Companhia aprovou em 26 de dezembro de 2013, junto ao BNB, uma linha de crédito global no montante de R\$76.046, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) à uma taxa efetiva de 4,12% a.a. e bônus de adimplência de 15%. Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$66.400. A linha de crédito possui carência de 36 meses, findando-se em 2023.

A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “swap”. Mais detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 27.

15. Financiamentos e empréstimos--Continuação

b) Composição por moeda

	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional	305.307	103.460
Em moeda estrangeira, dólar norte-americano - US\$	367.080	408.538
Total	672.387	511.998

As operações em moeda estrangeira estão protegidas por operações de “swap” que mitigam o risco de perdas em caso de valorização da moeda.

c) Cronograma de desembolso

	31/12/2017	31/12/2016
Vencimentos		
2017	-	328.761
2018	179.794	104.984
2019	353.325	25.164
Após 2019	139.268	53.089
Total	672.387	511.998

d) Movimentação da conta

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	511.998
Captação de financiamentos e empréstimos	478.665
Juros provisionados	34.007
Principal pago	(337.889)
Juros pagos	(29.892)
Variação cambial	11.103
Ganho (perda) com operações de <i>swaps</i>	19.369
Liquidação das operações de <i>swaps</i>	(5.435)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>derivativos e classificados como Fair Value Option</i>	(7.742)
Realização (constituição) de tarifas antecipadas	(1.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	672.387

15. Financiamentos e empréstimos--Continuação

e) Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, apresentadas na Nota Explicativa nº 10 - Partes relacionadas, ainda existem outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminadas no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Banco/garantia		
Banco ABC	5.620	-
Fiança do Banco ABC para a operação FNE do Banco do Nordeste S.A. ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211	5.620	-
Banco do Brasil	72.615	38.516
Imóvel da parte relacionada Dugar Participações S.A.	10.900	10.900
Alienação fiduciária de bens	-	35
Cessão fiduciária de direitos creditórios	61.715	27.581
Basa	5.636	8.526
Cessão fiduciária de direitos creditórios	5.636	8.526
Bradesco	563	1.378
Alienação fiduciária de bens	563	1.378
Citi	18.104	-
Cessão fiduciária de direitos creditórios	18.104	-
Banco Daycoval	20.000	9.000
Fiança do Banco Daycoval para a operação FNE do Banco do Nordeste S.A. ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211	20.000	9.000
Itaú	39.157	36.327
Cessão fiduciária de direitos creditórios	39.157	36.327
Santander	13.782	-
Cessão fiduciária de direitos creditórios	13.782	-
Safra	59.540	21.668
Cessão fiduciária de direitos creditórios	9.540	21.668
Fiança do Banco Safra para a operação FNO do Banco da Amazônia S.A. ref. ao contrato No. 149-15/0013-9	9.000	41.000
Fiança do Banco Safra para a operação FNE do Banco do Nordeste S.A. ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211	41.000	41.000

f) Cláusulas restritivas

A Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com covenants.

16. Debêntures

a) Composição da conta

	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Qtde. debêntures (unidades)</u>	<u>Montante de emissão</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2ª emissão	18/12/2013	18/12/2017	9.075	R\$ 100.000	CDI + 1,20%	Real e fidejussória	-	30.095
3ª emissão	08/12/2014	08/12/2018	10.400	R\$ 114.000	CDI + 1,50%	Real e fidejussória	34.462	69.184
Total							34.462	99.279
Circulante							34.462	65.002
Não circulante							-	34.277

b) Movimentação da conta

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.279
Juros provisionados	9.329
Principal pago	(64.916)
Juros pagos	(9.937)
Realização (constituição) de tarifas antecipadas	707
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.462

c) Cronograma de desembolso

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vencimentos		
2017	-	65.002
2018	34.462	34.277
Total	34.462	99.279

16. Debêntures--Continuação

d) Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cede fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale a três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrada uma fiança em nome do acionista, Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados semestralmente pelo agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu o índices requeridos. A apuração dos covenants financeiros, previamente obrigatórios de apuração trimestral passam a ter periodicidade semestral a partir de 31 de dezembro de 2017.

16. Debêntures--Continuação

e) Cláusulas restritivas (Covenants)

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	<u>Índice requerido</u>	<u>Índice obtido em 31/12/2017</u>
Dívida financeira líquida/EBITDA	= < 3 vezes	2,47
EBITDA/resultado financeiro	> = 1,3 vezes	2,42

Os valores bases para cálculo dos índices obtidos são os seguintes:

	<u>2017</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa [A]	82.019
Saldo de financiamentos e empréstimos e Debêntures* [B]	706.849
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	624.830
Receita financeira [D]	188.358
Despesa financeira [E]	(293.046)
Resultado financeiro últimos 12 meses [E] - [D] = [F]	(104.688)
EBITDA** últimos 12 meses [G]	253.125
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	2,47
Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]	2,42

* Saldo de Financiamentos e empréstimos e Debêntures líquidos das Operações com derivativos ativas.

**O EBITDA (não auditado) é calculado conforme previsto no contrato das debêntures.

17. Operações de arrendamento mercantil

Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Pagamentos mínimos a valor presente	92.104	56.700	48.297	24.250
(-) Encargos financeiros embutidos	(35.404)	-	(24.047)	-
	56.700	56.700	24.250	24.250
Circulante	15.327	15.327	6.062	6.062
Não circulante	41.373	41.373	18.188	18.188

Os valores dos ativos registrados no imobilizado, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro, estão demonstrados a seguir:

Categoria de ativo	31/12/2017	31/12/2016
Equipamentos de informática	67.372	26.611
(-) Depreciação acumulada	(12.045)	(3.655)
	55.327	22.956

No exercício apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

Operacional

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados no seguinte fluxo de pagamentos:

Vencimentos	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	168.685
2018	195.500	129.024
2019	160.174	95.031
2020	136.321	78.021
Após 2020	442.909	191.917
	934.904	662.678
Terceiros	847.074	546.458
Partes relacionadas	87.830	116.220
Total	934.904	662.678

17. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui contratos de arrendamento operacional os quais se referem aos aluguéis das lojas, dos centros de distribuições, da matriz da Companhia e de alguns estacionamentos

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os contratos de aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e para as partes relacionadas à taxa de oportunidade da Companhia.

Para os aluguéis relativos à parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado o valor mínimo dos aluguéis dos imóveis que é de R\$9,4, atualizado anualmente pelo IGP-M, ou o percentual de 2,5% do faturamento da respectiva loja, o que for maior.

Foi reconhecido como despesa com aluguéis no resultado de 2017 o montante de R\$210.235 referente aos arrendamentos operacionais (R\$174.649 em 2016).

18. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
PERT	487	-
Refis - Lei nº 12.996/2014	-	3.042
Refis – ICMS	128	2.908
ICMS	46.174	45.051
IRPJ/CSLL	4.568	4.702
ISS	114	668
INSS/FGTS	23.161	20.196
Outros	886	1.153
Subtotal	75.518	77.720
Não circulante		
Refis - Lei nº 12.996/2014	-	22.807
Refis – ICMS	300	392
PERT	5.175	-
Outros	-	878
Subtotal	5.475	24.077
Total	80.993	101.797

19. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e administrativas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia constituiu provisão para processos judiciais mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a) Composição da conta

	31/12/2017	31/12/2016
Administrativas	465	121
Cíveis	1.554	1.014
Trabalhistas	8.773	5.592
Tributárias	354	132
Total	11.146	6.859

O valor provisionado referente às contingências cíveis acima descritas são formados por causas cujos valores individuais pulverizados são decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

O saldo das contingências trabalhistas são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia detinha demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$144.596 e R\$124.552, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

19. Provisão para processos judiciais--Continuação

b) Movimentação dos processos no exercício

2017	Saldo inicial 31/12/2016	Adição à provisão	Reversão à provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/2017
Administrativas	120	390	(16)	(29)	465
Cíveis	1.014	885	(269)	(76)	1.554
Trabalhistas	5.593	5.810	(1.323)	(1.307)	8.773
Tributárias	132	407	(162)	(23)	354
Total	6.859	7.492	(1.770)	(1.435)	11.146

2016	Saldo inicial 31/12/2015	Adição à provisão	Reversão à provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/2016
Administrativas	183	130	(141)	(52)	120
Cíveis	1.073	354	-	(413)	1.014
Trabalhistas	1.506	10.556	-	(6.469)	5.593
Tributárias	-	135	-	(3)	132
Total	2.762	11.175	(141)	(6.937)	6.859

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias..

Em 28 de dezembro de 2015, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aporte de capital na Companhia no valor de R\$440.084 subscrito pela General Atlantic Brasil Investimentos S.A. mediante a emissão de 42.726.580 novas ações ordinárias, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus ("Ações Subscritas"), ao preço de emissão de R\$10,30 (dez reais e trinta centavos) por ação, sendo (a) R\$1,00 (um real) por ação destinado ao capital social da Companhia; e (b) R\$9,30 (nove reais e trinta centavos) por ação destinado à reserva de capital da Companhia. Conforme cláusula 2.1.3 do Acordo de Investimentos entre a Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., o investidor obrigava-se a integralizar as Ações Subscritas até 20 de abril de 2016, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente de titularidade da Companhia. Dessa forma em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baseada no conceito de "direito contratual" reconheceu o recebível atrelado ao capital integralizado que foi totalmente integralizado em 20 de abril de 2016.

20. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015 a reserva de ágio na emissão de ações totaliza um montante de R\$397.357, conforme celebração do Acordo de Investimentos entre Empreendimentos Pague Menos S.A. e General Atlantic Brasil Investimentos S.A. e respectivo Boletim de Subscrição. Em 2017 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 da reserva de ágio em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores. O saldo da reserva de ágio passou a totalizar R\$ 379.439.

Em 2016 foi registrado a débito da respectiva conta os valores referentes ao custo na emissão de novas ações de R\$11.391 e os valores das opções outorgadas no valor de R\$4.190. Em 2017 foi registrado novas opções outorgadas no valor de R\$147.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 2017 o montante de R\$ 4.079 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de reserva legal é R\$34.998 (R\$30.919 em 31 de dezembro de 2016).

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa no 23 - Subvenção governamental. Do montante apurado de incentivo fiscal para o exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2017 foram destinados para reserva de incentivo fiscal R\$65.739 do saldo de Lucros Acumulados. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva de incentivo fiscal foi de R\$ 139.766 (R\$ 74.027 em 31 de dezembro de 2016).

20. Patrimônio líquido--Continuação

d) Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2017 e 2016 foram pagas em forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia e de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95.

O Conselho de Administração aprovou para o exercício de 2017 o pagamento de R\$11.752 (R\$39.679 em 2016).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos do ICPC 08.

A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido	81.570	41.719
(-) Reserva legal	(4.079)	(2.086)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(65.739)	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	46
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	11.752	39.679
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual - mínimo obrigatório	2.938	9.920
Juros sobre capital próprio calculado	11.752	39.679
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	8.814	29.759

21. Plano de remuneração baseado em ações

O Plano de remuneração baseado em ações da Companhia tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; (c) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculadas as pessoas elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados.

Em 29 de julho de 2016 (Data de Outorga) o Conselho de Administração aprovou a outorga de Opções às pessoas elegíveis (Outorgados). O preço de exercício das Opções outorgadas foi de R\$10,30 (Preço de Exercício) por ação, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M desde 29 de julho até o efetivo exercício das respectivas Opções.

Cada Opção dará direito ao Outorgado de adquirir 1 (uma) Ação formalizados através de contratos de opções. O preço de aquisição pago pelo Outorgado à Companhia em contrapartida às Opções outorgadas foi de R\$1,72 (Preço de Aquisição).

As opções serão exercíveis em um prazo de até quatro anos a partir da data de concessão caso o colaborador ainda estiver empregado naquela data. Caso contrário, as opções preescrevem. A Companhia terá o direito de recomprar até o limite de 100% das Opções detidas pelos Outorgados, pelo valor do Preço de Aquisição, devidamente corrigido pelo IGP-M desde a data de outorga das respectivas Opções, nesse caso, o limite previsto acima será reduzido à razão de 1/48 avos, por mês, contados da Data de Outorga, desde que: (i) o outorgado desligue-se da Companhia por vontade própria; (ii) o outorgado for desligado da Companhia sem justa causa; (iii) o outorgado for desligado por aposentadoria normal ou invalidez; ou (iv) o outorgado for desligado por falecimento. Em caso de demissão por justa causa as Opções detidas pelo Outorgado poderão ser adquiridas pela Companhia, a seu exclusivo critério.

O valor justo das Opções foi estimado com base em modelo binomial de precificação das opções devido à sua flexibilidade no que tange às premissas e seu perfil mais simples.

A tabela a seguir apresenta o número e o preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	No ações outorgadas	R\$		Opções outorgadas
		Preço de aquisição	Preço de exercício	
Em aberto em 1º de janeiro de 2016	-	-	-	-
Concedidas durante o exercício	2.435.604	1,72	10,30	4.190
Em aberto em 31 de dezembro de 2016	2.435.694	1,72	10,30	4.190
Concedidas durante o exercício	85.276	1,72	10,30	147
Em aberto em 31 de dezembro de 2017	2.520.970	1,72	10,30	4.337

Não há média ponderada das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriram as opções pelo mesmo preço. E também não houve opções expiradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

22. Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	81.570	41.719
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	342.727	342.727
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,24	0,12

23. Subvenção governamental

A Companhia possui Regime Especial de Tributação (RET) relativo à circulação de mercadorias (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido ao Estado do Ceará e Goiás.

O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias transferidas para outras unidades da federação e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida.

A Companhia tem atendido sistematicamente às exigências do Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação do Ceará, que basicamente são: (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de ativo imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem apenas da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos.

23. Subvenção governamental--Continuação

A subvenção do Ceará vem sendo concedida ao longo dos últimos 10 anos e sua última prorrogação, concedida por mais um ano, em 1º de junho de 2016 retroativa ao último vencimento, com vigência até 31 de maio de 2018. A Companhia apurou o montante de R\$47.134 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado do Ceará no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$53.131 em 2016).

A subvenção de Goiás foi concedida em 25 de abril de 2014, com prazo de vigência indeterminado, desde que a Companhia cumpra as metas de recolhimento e pagamento do ICMS normal devido ao Estado de Goiás.

A Companhia apurou o montante de R\$37.719 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado de Goiás no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$34.509 em 2016).

Os valores apurados de ambas as subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e reconhecidos como reducos do custo das mercadorias vendidas devidamente apropriados em conta de reserva e destinadas anualmente para a reserva de incentivo fiscal.

24. Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	6.252.208	5.779.634
Venda de mercadoria	6.285.432	5.811.086
Serviços prestados	20.105	20.488
Ajuste a valor presente (a)	(53.329)	(51.940)
Deduções	(289.404)	(237.291)
Impostos sobre vendas	(249.380)	(198.460)
Devoluções e abatimentos	(40.024)	(38.831)
Receita operacional líquida	5.962.804	5.542.343

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média de captação e um prazo médio de recebimento entre 48 e 54 dias para cálculo e registro do ajuste a valor presente.

25. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

Classificados na demonstração do resultado:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo das mercadorias vendidas	(4.097.183)	(3.866.626)
Despesas com vendas	(1.469.436)	(1.325.719)
Despesas administrativas e gerais	(227.890)	(199.344)
Total de custos e despesas	(5.794.509)	(5.391.689)

Classificados por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de aquisição de mercadorias	(4.097.183)	(3.866.626)
Despesas com pessoal	(947.340)	(856.177)
Despesas com aluguéis	(230.048)	(186.627)
Despesas gerais (*)	(436.519)	(425.510)
Depreciação e amortização	(83.419)	(56.749)
Total de custos e despesas	(5.794.509)	(5.391.689)

(*) As despesas gerais abrangem todas as despesas com fretes, publicidade e propaganda, taxas de administradores de cartão de crédito, com utilidades e serviços e impostos, taxas e contribuições referente ao funcionamento das lojas, centros de distribuições e matriz.

26. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras(*)	16.085	46.280
Ganhos com operações de <i>swap</i> - AVM	48.358	95.751
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i> e classificados como <i>Fair Value Option</i>	19.006	81.902
Ajuste a valor presente (AVP)	55.015	47.215
Variação cambial	46.284	241.858
Outras receitas financeiras	3.610	2.587
Total de receita financeira	188.358	515.593

(*) Receita financeira líquida dos respectivos impostos incidentes.

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(37.286)	(51.909)
Perdas com operações de <i>swap</i> - AVM	(67.727)	(292.747)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para derivativos e classificados como <i>Fair Value Option</i>	(11.265)	(92.273)
Outras despesas financeiras	(10.733)	(1.191)
Ajuste a valor presente (AVP)	(109.653)	(126.481)
Variação cambial	(56.382)	(107.903)
Total de despesa financeira	(293.046)	(672.504)
Resultado financeiro	(104.688)	(156.911)

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se à caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de *swap*, financiamentos e empréstimos e debêntures.

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

Instrumentos financeiros (swaps) e depósitos em dinheiro

A Companhia detinha em saldos ativos a receber de instrumentos financeiros (*swaps*) e depósitos em dinheiro com instituições financeiras um montante de R\$94.193 em 31 de dezembro de 2017 (R\$105.778 em 31 de dezembro de 2016), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte. Quanto à exposição dos instrumentos financeiros (*swaps*), a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das liquidações com ganhos ou perdas visto que tais contratos de *swaps* são contratados simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira com as mesmas instituições financeiras consideradas sólidas e de primeira linha.

Contas a receber

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais, não possuindo qualquer cliente que exceda o limite de 10% da receita bruta e as suas vendas são efetuadas, em sua grande maioria, à vista (dinheiro), portanto sem risco, ou via cartões de crédito ou débito, cujos repasses são responsabilidade das administradoras de cartões.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Exposição a riscos de crédito--*Continuação*

Contas a receber--Continuação

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito investindo apenas em títulos com alta liquidez e de instituições financeiras de primeira linha, líderes de mercado. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos das instituições financeiras em que opera. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer		
1 a 30 dias	262.925	259.129
31 a 60 dias	72.364	98.642
61 a 90 dias	36.335	45.012
Acima de 90 dias	30.479	29.573
Vencidos	10.647	5.692
Total	412.750	438.048

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	82.019	82.019	82.019	-	-	-
Contas a receber de clientes sem efeito do AVP e PCLD (Nota 6)	412.750	412.750	412.750	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 14)	999.625	999.625	999.625	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	672.387	518.022	190.741	348.292	107.371	18.376
Debêntures (Nota 16)	34.462	34.667	34.667	-	-	-
Arrendamento operacional (Notas 10 e 17)	1.889	1.114.940	206.735	176.288	428.035	303.882

Em 31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	144.152	144.152	144.152	-	-	-
Contas a receber de clientes sem efeito do AVP e PCLD (Nota 6)	438.048	438.048	438.048	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 14)	1.019.962	1.019.962	1.019.962	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	511.998	518.022	336.077	108.388	45.065	28.492
Debêntures (Nota 16)	99.279	99.584	64.917	34.667	-	-
Arrendamento operacional (Notas 10 e 17)	13.933	787.500	181.684	147.352	281.956	176.508

28. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados ao aumento dos preços dos medicamentos e às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

O índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	706.849	611.277
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(82.019)	(144.152)
Dívida líquida	624.830	467.125
Patrimônio líquido	941.267	877.829
Índice de alavancagem	0,66	0,53

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco de oscilação nos preços

O risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2017 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 9,93% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre janeiro de 2016 e janeiro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2017:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(129.693)	(5.827)	(9.518)	(13.209)
Debêntures	Alta do CDI	(34.462)	(24)	(623)	(1.223)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12.275	9	(205)	(419)

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2016:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(6.009)	62	(127)	(316)
Debêntures	Alta do CDI	(99.278)	2.631	(94)	(2.819)
Refis	Alta SELIC	25.849	-	(530)	(1.060)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	89.139	-	(3.037)	(6.075)

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros--Continuação

De acordo com as análises apresentadas, a Companhia apuraria despesa nos cenários Provável, I e II. A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida à TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8. Não há saldo de dívida atrelado a TJLP em 31 de dezembro de 2017. A Administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Risco cambial

Sobre o risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de operações de *swaps* com o propósito de mitigar perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real (R\$) perante as captações em moedas estrangeiras. Essas operações estão casadas em termos de instituição bancária, valor, prazos e taxas de juros.

Portanto, a Companhia não fica sujeita ao risco de aumento ou decréscimo do dólar, em virtude de ter trocado a sua exposição passiva de moeda estrangeira para CDI + taxa pré, transformando, assim, o custo da dívida (vide Nota Explicativa nº 15) para moeda e taxa de juros locais, variando entre CDI + 1,00% a 2,40% a.a. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2017, um valor de referência de R\$336.781 (R\$378.552 em 31 de dezembro de 2016). Para não sofrer o impacto da contabilização a valor justo desses *swaps*, a Companhia adotou a contabilidade de *hedge*, e mensura os financiamentos e empréstimos, os quais seriam contabilizados ao custo amortizado, a valor justo, ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge* designados, explanado em tópico específico a seguir.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco cambial--Continuação

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. E, ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

O saldo do *swap* no balanço patrimonial da Companhia é demonstrado a seguir:

Saldo <i>swap</i>	31/12/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira - saldo ativo de <i>swaps</i>	6.527	20.460
Passivos em moeda estrangeira - saldo passivo de <i>swaps</i>	-	-

Análise de sensibilidade do câmbio

Mesmo considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* e contabilidade de *hedge*, contratados para proteção cambial e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao real em decorrência da atual condição de mercado não causa efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as análises de sensibilidade cambial para fins de cumprimento de divulgação.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<i>Em 31 de dezembro de 2017</i>				
(Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(83.254)	(234.192)
<i>Em 31 de dezembro de 2016</i>				
(Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(67.200)	(175.320)

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

a) *Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos*

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão identificados a seguir:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	82.019	82.019	144.152	144.152
Contas a receber de clientes	399.433	399.433	427.158	427.158
Outros passivos financeiros				
Fornecedores (sem efeito do AVP)	999.625	999.625	(1.019.962)	(1.019.962)
Financiamentos e empréstimos	(388.548)	(392.014)	(408.176)	(435.803)
Debêntures	(34.462)	(34.266)	(99.279)	(98.784)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(283.839)	(283.839)	(103.822)	(103.822)
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	(4.337)	(4.337)	(4.190)	(4.190)
Valor justo - instrumentos de hedge				
Swaps de câmbio - saldo ativo	6.527	6.527	20.460	20.460

b) *Hierarquia do valor justo*

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) *Hierarquia do valor justo--Continuação*

Descrição	31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	(4.337)
Financiamentos e empréstimos	-	(395.075)	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(283.839)	-
Debêntures	-	(34.266)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	6.527	-

Descrição	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	(4.190)
Financiamentos e empréstimos	-	(435.803)	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(103.822)	-
Debêntures	-	(98.784)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	20.460	-

Não houve transferências entre os níveis para os exercícios apresentados.

c) *Mensuração do valor justo*

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures - outros passivos financeiros

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como patrimônio líquido já que nosso plano é considerado totalmente *vested*.

Financiamentos e empréstimos e debêntures - outros passivos financeiros

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2016 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) *Mensuração do valor justo--Continuação*

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis--Continuação

Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui operações contabilizadas de acordo com a contabilidade de *hedge*.

Financiamentos e empréstimos designados a Fair Value

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread*, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) *Mensuração do valor justo--Continuação*

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis--Continuação

Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting e Fair Value--Continuação

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos designados a Hedge accounting e Fair Value mensurados a valor justo.

Descrição	31/12/2017			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(283.839)	(283.839)	(11.265)	(19.006)

Descrição	31/12/2016			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(103.822)	(103.822)	(76.439)	88.431
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	-	-	(5.464)	3.842

Instrumentos financeiros derivativos - Swaps

Essa categoria inclui os *swaps*, contratados pela Companhia que satisfazem ou não os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se das taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

As operações com *swap* estão impactando o grupo de "Financiamentos e empréstimos" (vide Nota Explicativa nº 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa nº 26).

27. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) *Mensuração do valor justo*--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos - *Swaps*--Continuação

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 2,78% a 5,20% a.a. sobre o valor nominal em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,25% a 3,80% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício, nas contas de "Receitas e despesas com operações de *swap*".

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (perda de R\$21.443) e em 31 de dezembro de 2016 (perda de R\$196.996).

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	31/12/2017	31/12/2016		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$				
Ativo	15.559	40.909	US\$ +	1,76% a 5,95%
Passivo	(9.032)	(20.449)	CDI +	0,93% a 2,60%
Valor justo do swap	6.527	20.460		

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era R\$405.700 e R\$467.424. Nossas principais apólices de seguros são apólices de riscos nomeados e cobrem a matriz e o Centro de Distribuição da Companhia, a frota de veículos automotores e a aeronave. Tais coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Incêndio, Raio e Explosão ou Implosão (Centro de Distribuição e Sede)	392.000	266.956
Responsabilidade civil	10.500	-
Danos materiais (Aeronave)	-	20.614
Danos materiais (Veículos)	700	700
Responsabilidade civil (Aeronave)	-	162.955
Danos elétricos e equipamentos eletrônicos	2.500	11.020
Lucros cessantes	-	5.179
Total	405.700	467.424

29. Eventos subsequentes

No dia 14 de março de 2018 a Companhia publicou o fato relevante informando a seus acionistas e ao mercado em geral que será submetida aos acionistas da Companhia em assembleia geral extraordinária, a ser oportunamente realizada pela Companhia, a incorporação, pela Companhia, da sua acionista General Atlantic Brasil Investimentos S.A.

A operação consiste na incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., pela Companhia, da GA, acionista da Companhia detentora de 17% (dezessete por cento) do capital social total da Companhia.

Em razão da operação, a Companhia incorporará a totalidade dos ativos e passivos da GA, os quais compreendem a participação da GA no capital social da Companhia, consistente em 58.263.518 (cinquenta e oito milhões, duzentas e sessenta e três mil, quinhentas e dezoito) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia.

29. Eventos subsequentes--Continuação

A Incorporação não implicará em aumento de capital da Companhia e será realizada apenas mediante a transferência da totalidade das ações mencionadas acima ao G.A. Brasil VIII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GA FIP") o qual, por sua vez, detém aproximadamente 100% (cem por cento) do capital social da GA. O acionista G.A. Latin America Investments, LLC ("GA LLC"), titular de 1 (uma) ação de emissão GA, não fará jus ao recebimento de ações da Companhia uma vez que as frações de ações serão desprezadas para fins da Incorporação.

Em decorrência da Incorporação, a GA será extinta e sucedida pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Caso reste aprovada, conforme descrita no respectivo Protocolo e Justificação de Incorporação, a Incorporação produzirá efeitos a partir de 29 de março de 2018.
